



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA

Nº 2311

PROCESSO
Nº. 32/2011

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, Lei Estadual 13.542, de 08 de maio de 2009 e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental Prévia**, com base no Parecer Técnico CETESB 574/13/IE, para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: PARAISO BIOENERGIA S/A

CNPJ: 46.363.016/0001-60

LOGRADOURO: RODOVIA SP-197, KM 7,5, FAZENDA PARAÍSO, CX. POSTAL 52

BAIRRO: ZONA RURAL

MUNICÍPIO: BROTAS

CEP: 17380-000

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: PARAISO BIOENERGIA S/A

LOGRADOURO: RODOVIA SP-197, KM 7,5, FAZENDA PARAÍSO, CX. POSTAL 52

MUNICÍPIO: BROTAS

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

- AGROINDÚSTRIA: PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ETANOL
- ÁREA PLANTADA: 47.451 HA
- CAPACIDADE DE PRODUÇÃO: MOAGEM DE CANA – 3.200.000 T/SAFRA, ETANOL – 155.648 M³/SAFRA, AÇÚCAR – 182.222 T/SAFRA

OBSERVAÇÕES

- A presente Licença Ambiental Prévia aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental, mas não autoriza a sua implantação.
- Previamente à implantação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Instalação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Instalação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental Prévia não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra a presente Licença 01(UM) anexo.
- O prazo de validade desta Licença Ambiental Prévia é de 05 (CINCO) anos, a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Data: 10/01/14

Ana Cristina Pasini da Costa

ANA CRISTINA PASINI DA COSTA (Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental)





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls 1/ 9

PROCESSO

Nº 32/2011

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2311

1. Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Instalação

- 1.1. *Obter manifestação da Prefeitura Municipal de Brotas sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para implantação e operação do empreendimento, em atendimento à Lei Complementar Municipal de nº 0041/2009, alterada pela Lei nº 005/2011.*
- 1.2. *Comprovar o atendimento ao disposto nas Leis Complementares nº 277 de 10/10/2006 e nº 298 de 11/12/2007, quanto ao estabelecimento de faixa de APP de curso d' água de 30 m em cada margem nas áreas agrícolas situadas no município de Jaú.*
- 1.3. *Apresentar detalhamento do Programa de Comunicação e Participação Social, contemplando as ações e instrumentos a serem utilizados para garantir a efetividade da divulgação de informações relativas aos programas ambientais desenvolvidos e às ações da empresa frente aos problemas identificados pela população na Pesquisa de Percepção Ambiental. O Programa deverá incluir parcerias com órgãos municipais e entidades ligadas ao turismo para a definição de estratégias, visando o planejamento das atividades relacionadas à aplicação de vinhaça e ao tráfego de veículos nas áreas agrícolas, de modo a evitar/minimizar incômodos aos turistas e à população local. Descrever o teor do material a ser divulgado, público alvo, cronograma, entidades envolvidas, meios de comunicação, etc.*
- 1.4. *Apresentar relatório e registros fotográficos comprovando a execução do Programa Ambiental de Controle das Obras, contemplando a recuperação das áreas afetadas pelas obras de ampliação do parque industrial e acessos, a instalação de adequado sistema de drenagem de águas pluviais, a revegetação de áreas com solo exposto e recomposição das vias internas ao parque industrial, além da adequada gestão dos resíduos da fase de construção, de acordo com as Resoluções CONAMA 307/02 e 384/04.*
- 1.5. *Apresentar detalhamento do Programa de Treinamento e Capacitação de Mão de Obra Local, informando, no mínimo, as medidas que serão adotadas para o treinamento e capacitação dos trabalhadores da região, os cursos profissionalizantes a serem ministrados, voltados às necessidades do empreendimento, em parceria com as Prefeituras e instituições de ensino da região, o número e a função dos funcionários a serem beneficiados, cronograma e os resultados esperados. Deverá ser apresentado o primeiro relatório desse Programa comprovando as ações já realizadas pela empresa e informar sobre o aproveitamento de parte da mão de obra dispensada durante a entressafra.*
- 1.6. *Apresentar detalhamento do Programa de Reforço da Infraestrutura Municipal, elaborado em parceria com as Prefeituras Municipais, prevendo ações que visem a melhoria do atendimento às áreas consideradas mais deficientes, principalmente educação (alfabetização) e saúde.*
- 1.7. *Apresentar detalhamento do Programa de Controle Ambiental de Tráfego e Conservação das Estradas, contendo termo de cooperação firmado com as Prefeituras Municipais da AID para apoio à manutenção do sistema viário, além de indicar pontos de sinalização*

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

SELLO
DE
AUTENTICIDADE
CETESB COMPANHIA
AMBIENTAL DO
ESTADO DE
SÃO PAULO
216248



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls 2/ 9

PROCESSO

Nº 32/2011

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2311

preventiva, cursos e treinamentos a serem realizados para a requalificação de motoristas, umectação de vias não pavimentadas, plano de manutenção preventiva dos veículos, procedimentos para registros de acidentes e atropelamentos visualizados por motoristas e operadores de veículos e máquinas agrícolas, cronograma detalhado, etc.

- 1.8. Apresentar o Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico, contemplando um Programa de Prospecções extensivas de sub-superfície nas áreas de expansão agrícola e um Programa de Educação Patrimonial, e respectiva manifestação do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em atendimento ao Parecer Técnico IPHAN nº 142/12 de 09/04/2012.*
- 1.9. Apresentar detalhamento do Programa de Recuperação das Áreas de Preservação Permanente, contemplando as áreas próprias atuais e de expansão agrícola. O programa deverá prever o reflorestamento utilizando espécies nativas que preferencialmente forneçam recursos à fauna nativa, a utilização de técnicas de nucleação para facilitar a regeneração natural. Incluir mapeamento planialtimétrico em escala 1:10.000 das APPs, quantificação das áreas a recuperar e indicadas para manejo, metodologias e cronograma de implantação das ações previstas.*
- 1.10. Apresentar detalhamento do Programa de Conservação e Manejo da Vegetação Nativa Remanescente em áreas agrícolas próprias, contemplando ações de manejo, tais como: eliminação de fontes de degradação, controle de cipós, lianas e gramíneas exóticas, além do plantio de enriquecimento com espécies nativas. Deverão ser apresentadas metodologias, mapeamento, registro fotográfico, descrição das ações realizadas e cronograma para estender as ações para as áreas de ampliação agrícola.*
- 1.11. Apresentar detalhamento do Programa de Implantação de Corredores Ecológicos em áreas agrícolas próprias, em atendimento à Resolução SMA 88/08, que contemple a conexão de 3 fragmentos isolados, com as nascentes e/ou matas ciliares mais próximas. Descrever as metodologias, espécies a serem utilizadas, mapeamento e cronograma de implantação das ações previstas.*
- 1.12. Apresentar detalhamento do Programa de Apoio à Regularização Ambiental das Áreas de Reserva Legal de áreas arrendadas e de fornecedores. O Programa deverá contemplar ações de conscientização e apoio do empreendedor aos proprietários para instituição de Reserva Legal, contendo ações previstas, responsáveis pelas ações, custos associados, mapeamento e cronograma de implantação.*
- 1.13. Obter autorização para supressão de árvores isoladas junto à Agência Ambiental da CETESB, caso necessário.*
- 1.14. Apresentar detalhamento do Programa de Compensação Ambiental Voluntária, contendo mapeamento das áreas selecionadas para compensação (total de 43 ha), metodologias de recuperação florestal e cronograma de implantação.*

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls 3/ 9

PROCESSO
Nº 32/2011

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2311

- 1.15. Apresentar relatório das atividades realizadas até o momento no Plano de Melhoramento Ambiental e no Plano de Desativação e transferência de equipamentos e estruturas localizadas na APP, incluindo layout industrial atualizado, relatório fotográfico, cronograma de execução, responsáveis técnicos, etc.
- 1.16. Apresentar Programa de Conservação e Monitoramento Sazonal da Fauna (Mastofauna, Avifauna, Herpetofauna e Ictiofauna), contendo o mapeamento e a caracterização dos pontos de monitoramento, os quais deverão ser escolhidos considerando-se as áreas atuais e de expansão agrícola, áreas de reflorestamento da usina e de circulação de máquinas e veículos; as metodologias e o esforço amostral (no mínimo cinco dias por grupo faunístico).
- 1.17. Apresentar Programa de Capacitação e Treinamento Ambiental para motoristas, trabalhadores e proprietários rurais, visando divulgar as medidas de mitigação e compensatórias aos potenciais impactos como atropelamento, caça, pesca e degradação de áreas naturais. Prever a realização de palestras voltadas para arrendatários, parceiros e fornecedores, quanto à importância da recuperação das matas ciliares e manutenção de cobertura vegetal nativa, cronograma, conteúdo do material didático, formas de divulgação, público alvo, etc.
- 1.18. Apresentar um Plano de Redução de Consumo e Captação de Água, destacando as oportunidades e propostas para redução do uso de água, implantação de novos circuitos fechados e outros aproveitamentos disponíveis para substituir a água captada (tratada ou bruta). Como uma das referências para a elaboração deste Plano, considerar o item 6.4 (Produção mais Limpa – P+L) do Manual de Conservação e Reuso de Água na Agroindústria Sucroenergética, disponível em <http://www.fiesp.com.br/wp-content/uploads/2012/05/publicaguab.pdf>.
- 1.19. Apresentar um Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais detalhado, compatível com a expansão da área agrícola, contemplando no mínimo: localização de pontos de monitoramento, incluindo pontos a jusante das áreas agrícolas e áreas fertirrigadas; parâmetros a serem analisados e valores de referência a serem atendidos; periodicidade das coletas; e cronograma de implementação. Ressalta-se que a localização do empreendimento, de pontos amostrais e das áreas estudadas, deverá ser apresentada em arquivos raster (extensão GeoTIFF ou compatível) e vetorial (extensão .shp ou compatível), em UTM, Datum SIRGAS 2000.
- 1.20. Comprovar a instalação da estação meteorológica proposta pelo empreendimento.
- 1.21. Apresentar novo Estudo de Dispersão Atmosférica com base em dados meteorológicos consolidados da estação instalada pela usina. Caso seja verificado o não atendimento ao Decreto Estadual nº 59.113/13, o empreendedor deverá adequar as emissões atmosféricas.
- 1.22. Apresentar o detalhamento do Programa de Conservação do Solo e Monitoramento de Processos Erosivos, baseado no Decreto Estadual 41.719/97, contendo práticas de

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls 4/ 9

PROCESSO
Nº 32/2011

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2311

caráter mecânico e de manejo agrícola adotadas para a conservação do solo, e medidas de manutenção de estradas vicinais e carregadores, definição de responsabilidades, técnicas e cronograma para identificação, remediação e monitoramento de processos erosivos eventualmente já instalados na AID.

- 1.23. Apresentar relatório fotográfico comprovando a execução do Projeto de Contenção de Águas pluviais e a recuperação de áreas com processos erosivos já instalados no parque industrial.
- 1.24. Apresentar o detalhamento do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS da fase de operação, contendo as seguintes informações para cada resíduo sólido: denominação; origem; estimativa da quantidade a ser gerada; classificação; forma de acondicionamento e armazenamento; tipo de tratamento, reutilização/reciclagem/recuperação e/ou disposição final informando se será interno e/ou externo ao empreendimento; indicação das empresas destinatárias e as respectivas cartas de anuência emitidas por essas empresas. Para definição dos tipos de tratamento, reutilização/reciclagem/recuperação e/ou disposição final dos resíduos deverão ser consideradas a legislação e normas vigentes e as restrições para recebimento de resíduos contidas na licença ambiental das empresas destinatárias.
- 1.25. Apresentar o projeto executivo do local de armazenamento dos resíduos a serem gerados na fase de operação, de acordo com as normas técnicas ABNT NBR 12235:1992 e ABNT NBR 11174:1990. O projeto deverá ser instruído com memorial descritivo, dimensionamento, memórias de cálculo e desenhos dos diversos sistemas e seus elementos (impermeabilização, drenagens, fechamento, cobertura, contenção). No âmbito deste projeto deverá ser informado quais resíduos serão armazenados e suas respectivas classes, com Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional responsável.
- 1.26. Apresentar projeto de sistema para segregação e tratamento das águas residuárias provenientes de oficinas, pátios, locais de manutenção de veículos ou locais de manuseio de óleos e graxas, solventes, tintas e combustíveis, para a remoção destas substâncias antes de serem agregadas à vinhaça para aplicação em solo agrícola.
- 1.27. Apresentar relatório demonstrando o andamento das atividades para desativação da bacia de contenção de águas residuária situada em APP de borda de tabuleiro.
- 1.28. Apresentar Plano de Aplicação de Vinhaça que contemple áreas potenciais para disposição da vinhaça e o atendimento aos requisitos técnicos prescritos na Norma Técnica CETESB P4.231/06 e na Resolução SMA 88/08.
- 1.29. Apresentar Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas para as áreas fertirrigadas, contemplando: localização de pontos de monitoramento; perfis construtivos dos poços de monitoramento; parâmetros a serem analisados e valores de referência a serem atendidos; periodicidade das coletas; cronograma de implementação. Ressalta-se que a localização do empreendimento, de pontos amostrais e das áreas

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls 5/ 9

PROCESSO

Nº 32/2011

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2311

estudadas deverão ser apresentados em arquivos raster (extensão GeoTIFF ou compatível) e vetorial (extensão .shp ou compatível), em UTM, Datum SIRGAS 2000.

- 1.30. *Obter cadastro no Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE referente às travessias das adutoras de vinhaça sobre o Córrego Monjolo, Ribeirão Claro ou do Varjão e sobre córregos afluentes do Ribeirão Claro ou do Varjão, de acordo com o Artigo 90 da Portaria DAEE 2.850/2012.*
- 1.31. *Apresentar um Programa de Minimização de Uso de Agrotóxicos, contemplando medidas como caracterização agrônômica de solos, utilização de variedades de cana resistentes ou tolerantes a doenças e pragas, controle biológico de pragas e priorização do uso de defensivos agrícolas ambientalmente pouco perigosos e/ou tóxicos, com indicação de profissional qualificado pela implementação, com correspondente ART. Incluir medidas para evitar danos ambientais e aplicações indevidas durante a pulverização aérea.*
- 1.32. *Apresentar o comprovante do depósito bancário, no valor referente à compensação ambiental definida na Memória de Cálculo elaborada pela CETESB e aprovada pelo empreendedor, para atendimento à Lei Federal nº. 9.985/2000 regulamentada pelo Decreto Federal nº. 4.340/2002 e alterada pelo Decreto Federal 6.848/2009, conforme indicação da Câmara de Compensação Ambiental – CCA da SMA.*
- 2. Por ocasião da solicitação de Licença Ambiental de Operação**
 - 2.1. *Apresentar relatório comprovando a execução do Programa de Comunicação e Participação Social, avaliando os resultados obtidos e apresentando as ações que serão desenvolvidas durante a operação do empreendimento. Incluir as atas de reuniões realizadas com os órgãos municipais e entidades ligadas ao turismo e demais documentos produzidos, comprovando a realização de ações que visem evitar/minimizar incômodos aos turistas e à população local.*
 - 2.2. *Apresentar relatório final comprovando a execução das atividades desenvolvidas durante a fase de ampliação, relacionadas no Programa de Treinamento e Capacitação de Mão de Obra Local, contendo o número e função dos trabalhadores admitidos ou requalificados na empresa e indicando também as ações que serão desenvolvidas durante a fase de operação do empreendimento.*
 - 2.3. *Apresentar relatório comprovando a execução das atividades previstas no Programa de Reforço da Infraestrutura Municipal em parceria com as Prefeituras Municipais. Comprovar o atendimento de planos de saúde para os funcionários efetivos e temporários da usina.*
 - 2.4. *Comprovar por meio de relatório a realização das medidas propostas no Programa de Controle de Tráfego de Veículos e Conservação das Estradas, além de demonstrar a implantação dos sistemas de sinalização preventiva, a realização dos cursos e treinamentos para a requalificação de motoristas. Apresentar dados dos registros de*

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls 6/ 9

PROCESSO
Nº 32/2011

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2311

- acidentes e atropelamentos e respectivos locais de ocorrência e demais medidas previstas nos termos de cooperação firmados com Prefeituras Municipais.*
- 2.5. *Apresentar relatório com o balanço das ações realizadas no âmbito dos Programas de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente, Conservação e Manejo da Vegetação Nativa Remanescente, Implantação de Corredores Ecológicos em áreas próprias, Compensação Ambiental Voluntária e Apoio à Regularização Ambiental das Áreas de Reserva Legal de áreas arrendadas e de fornecedores, informando as atividades desenvolvidas, resultados obtidos e avaliação da efetividade das ações implementadas.*
 - 2.6. *Apresentar relatório das atividades realizadas no âmbito do Plano de Melhoramento Ambiental e no Plano de Desativação e transferência de equipamentos e estruturas em APP da unidade industrial.*
 - 2.7. *Apresentar o cadastro das propriedades rurais próprias e de terceiros (arrendatários e parceiros) no Cadastro Ambiental Rural (CAR), conforme define a Lei Federal 12.651/12.*
 - 2.8. *Comprovar a implantação e manutenção de brigadas de combate a incêndios, contribuindo com municípios e Unidades de Conservação da região na prevenção e controle da ocorrência de fogo, inclusive nas margens de carreadores e vicinais, observando os artigos 24 e 25 do Decreto 56.571/2010.*
 - 2.9. *Apresentar o relatório do Programa de Conservação e Monitoramento Sazonal da Fauna (cópia digital e impressa) realizado durante a ampliação do empreendimento. Devem ser apresentadas análises comparativas entre as campanhas e incluídos dados de atropelamentos, tendo por objetivo a identificação de eventuais alterações nas comunidades faunísticas, pontos críticos de atropelamentos e proposição de medidas mitigadoras. Ressalta-se que os resultados deverão ser apresentados também em planilhas eletrônicas editáveis (extensão xls ou compatível) e a localização dos pontos amostrais informadas em formato métrico, de acordo com a Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) e o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS 2000).*
 - 2.10. *Comprovar a realização das ações previstas no Programa de Capacitação e Treinamento Ambiental para motoristas, trabalhadores rurais, parceiros e fornecedores (programação, material didático, listas de presença e registro fotográfico).*
 - 2.11. *Comprovar a implantação de aceiros de, no mínimo, 6 m de largura entre os remanescentes de vegetação nativa e áreas agrícolas para o deslocamento da fauna local.*
 - 2.12. *Apresentar primeiro relatório do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais, incluindo os resultados obtidos nos pontos previstos para a ampliação do empreendimento. Os resultados do Programa deverão ser apresentados na forma de relatório interpretado, acompanhado dos respectivos laudos analíticos. Os resultados das*

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls 7/ 9

PROCESSO
Nº 32/2011

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2311

- campanhas de caracterização e monitoramento deverão ser apresentados também em planilhas eletrônicas editáveis (extensão .xls, ou compatível).*
- 2.13. *Comprovar a instalação de medidores de vazão de água, que também forneçam ou possibilitem a totalização de volumes por períodos de tempo, para todos os pontos de captação de água (superficial ou subterrânea).*
 - 2.14. *Apresentar relatório do Programa de Conservação do Solo e Monitoramento de Processos Erosivos, incluindo relatório fotográfico, informando as práticas de prevenção adotadas, as medidas corretivas e os resultados obtidos para as áreas críticas identificadas na AID.*
 - 2.15. *Comprovar que as áreas de armazenamento para resíduos perigosos Classe I e para resíduos não perigosos atendem à legislação vigente.*
 - 2.16. *Apresentar os Certificados de Aprovação para Destinação de Resíduos Industriais – CADRI para os resíduos industriais Classe I, segundo Norma ABNT 10.004/04 ou considerados de interesse pela Agência Ambiental da CETESB.*
 - 2.17. *Apresentar as cartas de anuência das empresas destinatárias considerando as quantidades de resíduos estimadas no Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.*
 - 2.18. *Apresentar layout da área de compostagem, caracterização dos resíduos industriais aplicados em solo agrícola e mapeamento das áreas objeto de aplicação.*
 - 2.19. *Apresentar relatório comprovando a implantação dos sistemas de tratamento de efluentes domésticos e industriais, bem como a desativação da bacia de contenção de águas residuárias localizada em APP de borda de tabuleiro.*
 - 2.20. *Apresentar o primeiro relatório do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas, com avaliação crítica dos resultados obtidos, acompanhado dos respectivos laudos analíticos. Os resultados das campanhas de caracterização e monitoramento deverão ser apresentados também em planilhas eletrônicas editáveis (extensão .xls, ou compatível) e a localização do empreendimento, de pontos amostrais e das áreas estudadas deverá ser apresentada em arquivos raster (extensão GeoTIFF ou compatível) e vetorial (extensão .shp ou compatível), em UTM, Datum SIRGAS 2000.*
 - 2.21. *Comprovar por meio de relatório, as ações adotadas no âmbito do Programa de Minimização de Uso de Agrotóxicos, tais como o uso de variedades de cana tolerantes a doenças e pragas; manejo integrado e controle biológico de pragas; utilização preferencial de agrotóxicos ambientalmente pouco perigosos e/ou tóxicos; além do quantitativo de embalagens vazias a serem geradas anualmente, e aceite pela Unidade de Recebimento devidamente licenciada.*
 - 2.22. *Comprovar a implantação do Programa de Gerenciamento de Risco (PGR) do tipo II, em consonância com o estabelecido no item 9 da Norma CETESB P4.261/03.*

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls 8/ 9

PROCESSO
Nº 32/2011

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2311

2.23. Apresentar Laudo Técnico conclusivo, elaborado por profissional habilitado, acompanhado de ART, atestando que o sistema de prevenção e combate a incêndios está de acordo com as normas vigentes, caso a empresa não possua Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros atualizado.

2.24. Apresentar, após a apuração final do custo do empreendimento objeto do presente licenciamento, o relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido na implantação do empreendimento, visando à realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental do empreendimento, cujo depósito, se houver, deverá ser realizado na mesma conta na qual foi efetuado o depósito originário, sendo tal depósito condicionante para a emissão da Licença de Operação.

3. Durante a Operação do Empreendimento

3.1. Apresentar relatórios anuais consolidados sobre as ações realizadas no âmbito dos Programas de Recuperação de Áreas de Proteção Permanente, Conservação e Manejo da Vegetação Nativa Remanescente, Implantação de Corredores Ecológicos, Compensação Ambiental Voluntária e de Apoio à Regularização Ambiental das Áreas de Reserva Legal.

3.2. Encaminhar à Fundação Florestal e ao Instituto Florestal cópia dos relatórios consolidados dos programas ambientais implementados.

3.3. Apresentar, para análise e aprovação, relatórios anuais sobre as atividades desenvolvidas no Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais, acompanhados dos respectivos laudos analíticos.

3.4. Demonstrar o atendimento ao limite estabelecido pela Resolução SMA 88/08 de 1,0 m³ de água/t cana moída, com base nos registros nos pontos de captação.

3.5. Apresentar, um ano após a emissão da Licença de Operação, relatório comprovando as ações e a implementação do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

3.6. Apresentar relatórios anuais do Plano de Aplicação de Vinhaça – PAV, conforme define a Norma CETESB P4.231/06, e dos resultados do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas acompanhados dos respectivos laudos analíticos. Ressalta-se que deverá ser evitada a fertirrigação em áreas próximas de pontos turísticos e seus acessos.

4. Por ocasião da solicitação da Renovação da Licença Ambiental de Operação

4.1. Apresentar relatório comprovando a realização das atividades previstas no Programa de Treinamento e Capacitação de Mão de Obra Local para a fase de operação do empreendimento, com descrição detalhada dos resultados obtidos.

4.2. Apresentar relatório consolidado do Programa de Controle de Tráfego de Veículos e Conservação das Estradas contemplando as atividades realizadas para minimizar os

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls 9/ 9

PROCESSO
Nº 32/2011

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2311

impactos gerados pelo tráfego de veículos. Incluir estatísticas sobre o volume médio de tráfego dos veículos ligados à empresa nas principais vias utilizadas e análise dos dados obtidos, as ações realizadas relativas à conservação das vias, registros de acidentes e as medidas mitigadoras e corretivas adotadas.

- 4.3. *Apresentar a comprovação de adesão de todas as propriedades próprias e de terceiros (arrendatários e parceiros), se for o caso, aos Programas de Regularização Ambiental (PRAs), conforme Lei 12.651/12.*
- 4.4. *Apresentar, em cada renovação de LO, relatório consolidado do Programa de Conservação e Monitoramento Sazonal da Fauna (cópia digital e impressa), considerando: a) as campanhas já realizadas e um levantamento atual de dados com duas campanhas no ano, b) os registros de atropelamento da fauna nos carreadores e vicinais das áreas agrícolas, c) análise comparativa e avaliação dos resultados obtidos, avaliação da efetividade das medidas mitigadoras adotadas para os impactos identificados sobre a fauna local e proposição de eventuais medidas adicionais.*
- 4.5. *Comprovar a realização das ações previstas no Programa de Capacitação e Treinamento Ambiental para motoristas, trabalhadores rurais, parceiros e fornecedores (programação, material didático, listas de presença e registro fotográfico).*
- 4.6. *Apresentar, em cada renovação de LO, relatório do Plano de Redução de Consumo e Captação de Água, contemplando a avaliação da efetividade das ações adotadas e dos resultados obtidos no período.*

XX
XX

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem.